
***ATU18 Arrendatária
Portuária SPE S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas
ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.



ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 30 de abril de 2024

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

DocuSigned by:
Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes 252587896
CPF: 252587896
Data: 30/04/2024 10:05 BRT
C: ICP-Brasil; O: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC.SERASA.RFB-V5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“CPCs”) em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023

Índice

Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	7
Notas explicativas às Demonstrações financeiras	8

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)



	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	143	195	Fornecedores	11	1.738	1.093
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	1.379	10.943	Empréstimos e financiamentos	12	16	-
Contas a receber	7	26	1.883	Obrigações sociais e trabalhistas	15	495	138
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	16.3	619	414	Obrigações com o poder concedente	13	5.515	5.515
Despesas antecipadas		615	626	Tributos a recolher	14	181	314
Adiantamentos a terceiros	8	23.015	128	Adiantamentos de clientes		111	-
Outros créditos	17.1	3.047	1.633	Outras contas a pagar	17.1	9.465	5.252
Total Ativo Circulante		28.844	15.822	Total Passivo Circulante		17.521	12.312
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	2.299	225	Empréstimos e financiamentos	12	23.661	-
Imobilizado	9	3.725	159	Obrigações com poder concedente		68.155	77.212
Intangível	10	109.435	96.868	Partes relacionadas		15.500	-
Total Ativo Não Circulante		115.459	97.252	Total Passivo não Circulante		107.316	77.212
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
				Capital social	18.1	23.989	23.989
				Prejuízo acumulado		(4.523)	(439)
Total do Ativo		144.303	113.074	Total do Patrimônio Líquido		19.466	23.550
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		144.303	113.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)



	Nota	2023	2022
Receita líquida de prestação de serviços e construção	19	33.296	28.043
Custo com prestação de serviços e construção		(17.289)	(22.126)
Custo de construção	21	(9.370)	-
Lucro bruto		6.637	5.917
Despesas gerais e administrativas	21	(8.243)	(4.533)
Total dos Gastos operacionais		(8.243)	(4.533)
Resultado antes do resultado financeiro		(1.606)	1.384
Receitas financeiras	22	1.094	878
Despesas financeiras	22	(5.590)	(2.840)
Resultado financeiro		(4.496)	(1.962)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.102)	(578)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16.3	(55)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16.3	2.073	196
Total do imposto de renda e da contribuição social		2.018	196
Prejuízo do exercício		(4.084)	(382)

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)



	2023	2022
Prejuízo do exercício	(4.084)	(382)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(4.084)	(382)

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		15.524	(57)	15.467
Integralização de capital social	18	8.465	-	8.465
Prejuízo do exercício		-	(382)	(382)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		23.989	(439)	23.550
Prejuízo do exercício		-	(4.084)	(4.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		23.989	(4.523)	19.466

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Demonstrações do fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)



	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	16.3	(6.102)	(578)
Ajuste para:			
Depreciação e amortização	21	4.461	2.413
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos direito de uso	22	5.200	2.827
		3.559	4.662
Contas a receber		1.857	(1.883)
Fornecedores e <i>floor plan</i>		645	1.093
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar		357	448
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(16.170)	2.361
		(13.311)	2.019
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos		(205)	(393)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros		(4.766)	(24)
Caixa líquido gerados pelos (utilizados nas) atividades operacionais		(14.723)	6.264
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado e intangível	9 e 10	(20.594)	(3.035)
Resgate (investimento) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		9.564	(9.392)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		(11.030)	(12.427)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	18.1	-	8.465
Captação de empréstimos e financiamentos	12	23.588	-
Partes relacionadas	17.1	15.500	-
Amortização de empréstimos e financiamentos, arrendamentos direito de uso	13	(13.387)	(2.202)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		25.701	6.263
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(52)	100
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	5	195	95
No final do exercício	5	143	195
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(52)	100

1. Informações gerais

A ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A. (“ATU18” ou “Companhia”) é uma Companhia com propósito específico e Companhia anônima, com sede no município de Candeias – Bahia, que tem como atividades preponderantes a de um terminal portuário localizado no Porto Organizado de Aratu-Candeias/BA, dedicado à movimentação de graneis sólidos, principalmente fertilizantes, concentrado de cobre e minérios diversos, onde a CS Brasil Transportes (“CS Brasil”) detinha 100% das ações. Em 30 de dezembro de 2022, a controladora CS Brasi vendeu a totalidade de sua participação para a CS Infra S.A (“CS Infra”), passando essa a ser a única controladora. A Companhia é uma controlada indireta da Simpar S.A (“Grupo Simpar”), detentora de 100% das ações da CS Infra.

No dia 08/06/2022, a Companhia assinou termo de posse das instalações do terminal e deu início as operações de atividades portuárias previstas em contrato, conforme nota explicativa 1.1

1.1 Contrato de concessão

O Porto de Aratu-Candeias está localizado na enseada de Caboto, próximo à entrada do Canal Cotegipe, região nordeste da Baía de Todos os Santos, no município de Candeias – BA (cerca de 50 km de Salvador). O porto abrange e influencia toda a região dos Estados de Sergipe, Alagoas, região oeste de Pernambuco e leste de Minas Gerais.

Sua estrutura conta com quatro terminais para a movimentação de graneis sólidos, produtos líquidos e gasosos. Isso permite que o Porto de Aratu-Candeias opere com grande variedade de produtos, entre eles: minérios de ferro, manganês e cobre, ureia, fertilizantes, nafta, propeno e concentrado de cobre.

Com um prazo de 15 anos, a receita é mensurada com base em contratos firmados diretamente com clientes privados, onde a Companhia estabelecerá o preço a ser cobrado do usuário, atualmente as operações complementam a operação de fertilizantes e passara por importantes investimentos para movimentar graneis vegetais, criando assim sinergia entre a importação dos insumos agrícolas e a exportação dos grãos

O preço estabelecido pela prestação das atividades será livremente fixado pela Companhia conforme previsto em contrato, compreendendo, mas não se limitando às seguintes operações:

- Atividades de preparação para início da operação e término da operação a cargo do operador portuário;
- Expedição ou recepção terrestre da carga, conferência de documentos e processamento portuária e de informações na entrada ou saída do Arrendamento;
- Pesagens, exceto as requisitadas pelo dono da carga;
- Utilização do sistema de correias transportadoras e equipamentos portuários;
- Embarque no navio e Desembarque do navio da carga;
- Atracação;
- Armazenagem da carga por período mínimo de 20 (vinte) dias;
- Atendimento a eventuais solicitações de Autoridades para inspeção da carga; e
- Movimentação interna da carga realizada por iniciativa do operador ou motivada por Autoridades durante o período de armazenagem.

As atividades poderão, a critério da Companhia, passar a contemplar, a qualquer tempo, outras operações não incluídas nas descritas acima de modo a permitir a adequada perpetuação da prestação dos serviços aos usuários.

1.2 Licenças e autorizações

Em 18 de dezembro de 2020, a antiga controladora CS Brasil Transportes venceu o processo de concorrência na modalidade de leilão presencial para arrendamento de terminal portuário no Complexo Portuário de Aratu-Candeias, no município de Candeias-BA, denominado ATU18 realizados pela ANTAQ -

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Agência Nacional de Transportes Aquaviários. O contrato tem vigência de 15 anos e outorga total de R\$ 52.500 (cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais).

A área denominada ATU 18 conta com movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, especialmente complexo de soja.

Em 09 de março de 2021, foi oficialmente homologado a concessão do terminal portuário ATU 18, pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e pela ANTAQ.

Em 25 de março de 2021, foi efetuado o pagamento da primeira parcela da outorga, no montante total de R\$ 13.125 (treze milhões e cento e vinte e cinco mil reais), em continuidade do leilão das concessões portuárias ATU 18, homologado em março.

Em 16 de março de 2022 a Companhia requereu ao IBAMA a Licença de Operação, para Operações Portuárias de Grãos Sólidos, localizada na cidade de Candeias, estado da Bahia, na Vila Matoin S/N. Prédio ADM TGSII, Sala 1, Bairro Distrito Industrial, CEP 43.813-000. A licença foi concedida em 18 de maio de 2022.

Em 15 de outubro de 2022, a Companhia recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, órgão do Governo do Estado da Bahia, a Licença definitiva de Operação do Galpão de armazenamento de Grãos Sólidos, com vigência até 15 de outubro de 2027.

1.3 Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia

Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades.

A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países. A Administração não identificou impactos nos custos relacionados a atividade econômica da Companhia.

1.4 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

O Grupo Simpar para orientar suas controladas, desde 2022 é mantida Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação. Isso em razão de o cenário de mudanças climáticas ser considerado nas decisões e estratégias dos negócios.

O Grupo também segue o determinado no Programa Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa (“GEE”), de forma a contribuir com a meta pública da SIMPAR de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030 atrelada ao primeiro *Sustainability-Linked Bond* (“SLB”) do setor no mundo emitido em 2021, o primeiro *Sustainability-Linked Bond* em reais com liquidações em dólares do país.

O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora).

A Companhia elabora, divulga e tem auditado por terceira parte seu inventário de emissões que, constantemente aprimorado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Programa Brasileiro GHG *Protocol* – um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. Além disso, a Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”),

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global.

A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo Simpar são considerados como plano de atendimento do compromisso da Companhia conforme abaixo:

- Os bens, equipamentos e instalações modernas que permanentemente ao longo da concessão, acompanhe as inovações do desenvolvimento tecnológico e sustentável.

O inventário de emissões é compilado e auditado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso o programa e controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG *Protocol* – um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global.

Atualmente não identificamos impactos nas demonstrações financeiras da ATU 18.

1.5 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras e principais práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – “CPC”)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (Nota 2.12) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Simpar. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.5 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.6 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Quando relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo de concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por Companhia contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizado com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2023.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.8 Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.9 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.10 Contratos de concessão

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias e contrato de concessão rodoviária em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas nos contratos, dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A Companhia amortiza os contratos de concessão pelo prazo das respectivas concessões, na rubrica de “Custo de venda e prestação de serviço”.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual

2.10.1 Direito de outorga

Existe a necessidade de pagamento de outorga pelas SPE ao Poder Concedente. De acordo com os editais, o modelo escolhido pelo Poder Concedente foi que venceria a concorrência quem apresentasse as propostas mais vantajosas, adotando-se o critério de maior valor de outorga. Essa outorga refere-se ao prêmio pago para que a SPE tenha o direito de utilização dos ativos citados no contrato de concessão ao longo do prazo determinado e são contabilizados na rubrica de intangível em contrapartida de obrigações com o poder concedente e amortizados pelo mesmo prazo.

2.10.2 Direito de exploração

O direito de exploração foi registrado ao valor justo no ativo intangível em contrapartida de obrigações com o poder concedente, que corresponde ao fluxo projetado de pagamentos por todo o prazo do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa 13, utilizando como taxa de desconto o custo de captação de dívidas de sua controladora no momento da assinatura do contrato de concessão.

2.11 Reconhecimento de receitas

2.11.1 Reconhecimento de contrato de clientes – Receita de serviços de carga e descarga portuária e armazenagem alfandegada

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

Serviços de carga e descarga de navios são realizados a partir do atracamento no terminal e são cobrados mediante a medição de tonelagem dos materiais movimentados. As faturas são emitidas mediante o aceite do cliente e são cobrados conforme o acordo comercial.

Serviços de armazenagem alfandegada são realizados a partir da armazenagem pelo período mínimo de 20 (vinte) dias e movimentação no armazém, sendo medido pela quantidade de dias a partir do período mínimo. As faturas são emitidas mediante o aceite do cliente e são cobrados conforme o acordo comercial.

2.11.2 Receitas de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os Parâmetros do Arrendamento. Conforme requerido pelo OCPC 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos são registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens e serviços. A receita referente a serviços de construção, reconhecido em observação ao item 43 da orientação técnica supramencionada, não é tributável.

Quando a Companhia presta serviços de construção, reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, apura a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização de serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento de obra.

A Administração da Companhia entende que os custos só existem em função das obras no Terminal Portuário os quais são contratados a valor de mercado. Com base neste cenário, a Companhia estima ter margem de lucro igual à zero pelos serviços de construção, pelo fato de que são contratados a valor de mercado.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, sendo que as receitas estão registradas ao valor justo.

2.12 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2023, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos e passivos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e
- Valor justo por meio do resultado (“VJR”): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

2.13 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, onde é efetuada a mensuração de uma provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia registrou redução ao valor recuperável de recebíveis conforme demonstrado na nota explicativa 7.1.

3 **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) **Contabilização do contrato de concessão**

A contabilização do contrato de concessão é realizada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contrato de concessão.

A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e ativo financeiro; e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 1.1.

A Companhia entende que a melhor demonstração dos gastos com construção na Demonstração dos Fluxos de Caixa, relacionado ao ativo intangível, é enquadrada no grupo de atividades de investimento, uma vez que os gastos só ocorrem diante da expectativa de rentabilidade futura com o contrato de concessão, em consoante com o determinado no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

b) **Reconhecimento de ativo intangível**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão e assinatura do termo de posse.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

4 **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e IFRS e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023.:

- **Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “políticas contábeis relevantes”, sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- **Alteração ao IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao IAS 12 / CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no exercício de adoção (1º de janeiro de 2023).

4.1 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements – SFAs*") com o

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs;
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
 - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs;
 - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento e
 - (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) e
- (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	-	3
Bancos	14	4
Total de disponibilidades	14	7
CDB - Certificado de depósitos bancários	129	188
Total de aplicações financeiras	129	188
Total	143	195

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 13,71 % a.a. (14,91 % a.a. em 31 de dezembro de 2022).

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6 Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

	2023	2022
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	4.743
LTN - Letras do Tesouro Nacional	1.129	6.200
Cotas de fundos	250	-
Total	1.379	10.943

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve movimentação (13,87% a.a. em 31 de dezembro de 2022 o rendimento médio).

7 Contas a Receber

	2023	2022
Clientes	26	81
Outras contas a receber	-	1.802
Total	26	1.883

7.1 Aging List

	2023			2022				
	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Contas a receber líquido	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Contas a receber líquido
Total a vencer	-	-	-	-	1.709	-	-	1.709
Vencidos até 30 dias	26	-	-	26	174	-	-	174
Total vencidos	26	-	-	26	174	-	-	174
Total	26	-	-	26	1.883	-	-	1.883

8 Adiantamento a terceiros

	2023	2022
Adiantamento de férias	9	-
Adiantamento a Fornecedores Diversos (i)	23.006	128
Total	23.015	128

(i) referente na construção e manutenção do Porto de Aratu-Candeias (AXXO R\$9.577; Kepler R\$7.251; SAUR Equipamentos R\$3.600; CS Metalúrgica R\$2.368, e outros R\$219)

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9 Imobilizado

As movimentações para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Total
Custo						
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-
Adições				159		159
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	159	-	159
Adições	76	-	14	607	2.937	3.634
Transferências	-	516	-	-	(516)	-
Em 31 de dezembro de 2023	76	516	14	766	2.421	3.793
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação no período	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação no período	-	(3)	(2)	(63)	-	(68)
Em 31 de dezembro de 2023	-	(3)	(2)	(63)	-	(68)
Saldos líquidos:						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	159	-	159
Saldo em 31 de dezembro de 2023	76	513	12	703	2.421	3.725
Taxa média de depreciação (%) - no período:	14,2%	9,9%	20,0%	10,0%	-	

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10 Intangível

As movimentações para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	Softwares	Contrato de concessão (i)	Intangível em andamento	Total
Custo				
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	14.279	14.279
Adições	-	-	85.002	85.002
Transferências		99.281	(99.281)	-
Em 31 de dezembro de 2022	-	99.281	-	99.281
Adições	75	16.885	-	16.960
Em 31 de dezembro de 2023	75	116.166	-	116.241
Amortização acumulada				
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Despesas de amortização no período		(2.413)	-	(2.413)
Em 31 de dezembro de 2022	-	(2.413)	-	(2.413)
Despesas de amortização no período		(4.393)	-	(4.393)
Em 31 de dezembro de 2023	-	(6.806)	-	(6.806)
Saldos líquidos:				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	96.868	-	96.868
Saldos em 31 de dezembro de 2023	75	109.360	-	109.435
Taxa média de amortização (%) - no período:	20%	6,67%		

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem a Infraestrutura do Porto.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11 Fornecedores

	2023	2022
Veículos, máquinas e equipamentos	179	139
Partes relacionadas (nota 17.1)	-	34
Material de estoque	39	-
Serviços contratados	1.173	343
Peças e manutenção	244	568
Outros	103	9
Total	1.738	1.093

12 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	2023			Movimentação				2022	
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Juros pagos	Juros apropriados	Despesa de captação	Circulante	Total
Em moeda nacional												
FNE 18 (i)	7%	IPCA+2,76%	15/03/2036	16	23.661	23.677	23.588	(442)	496	35	-	-
				16	23.661	23.677	23.588	(442)	496	35	-	-

- (i) O contrato de empréstimos e financiamento junto ao FNE é garantido através de fiança com o Banco BTG (R\$53.588) ao IPCA + 2,76

13 Obrigações com o Poder Concedente

Conforme previsto em contrato, a Companhia deve pagar ao Poder Concedente os seguintes valores:

- (i) A título de outorga, o pagamento de R\$53.500 conforme Edital de Concessão. 25% do montante da outorga deve ser pago como condição para assinatura do contrato e o restante pago em cinco parcelas anuais a partir de 2023. No exercício de 2023 foram efetuados pagamentos no total R\$17.711, ajustados pelo IPCA;
- (ii) A título de valor do arrendamento fixo, pelo direito de explorar as atividades no arrendamento e pela cessão onerosa da área do arrendamento, reajustado anualmente a partir da data de assinatura do contrato pela variação do IPCA referenciado a abril de 2019. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal pago a título de arrendamento fixo é de R\$386 (trezentos e oitenta e seis mil reais);
- (iii) R\$4,87 (quatro reais e oitenta e sete centavos) por tonelada de qualquer carga movimentada, a título de valor do arrendamento variável; pelo direito de explorar as atividades no arrendamento e pela cessão onerosa, reajustado anualmente a partir da data de assinatura do contrato pela variação do IPCA conforme contrato;
- (iv) a Companhia deverá pagar à autoridade portuária cinco parcelas de R\$7.875 a título de valor da outorga, correspondente à diferença entre o valor da oferta realizada no leilão do presente arrendamento e o valor já pago pela Companhia vencedora como obrigação prévia à celebração do contrato, sendo pagas anualmente com a primeira parcela a ser paga em até 10 (dez) dias após o término do 12.º (décimo segundo) mês contado da data de assunção; e as demais serão pagas a cada 12 (doze) meses, devendo ser reajustado pelo IPCA acumulado entre o mês da realização da sessão pública do leilão e a data de pagamento de cada parcela anual (nota 13(ii)).

O valor do arrendamento previsto no item (i) será pago pela Companhia à Autoridade Portuária, a partir da data da assunção até o final do prazo do arrendamento, em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do último dia do mês de referência.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O valor do arrendamento variável previsto no item (ii) será pago mensalmente pela Companhia à Autoridade Portuária, com base na movimentação mensal de todas as cargas, a partir do início das atividades até o final do prazo do arrendamento, em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do último dia do mês de referência.

- (a) A partir do início das atividades, conforme detalhado na nota explicativa 1, ao fim de cada período de 1 (um) ano ou seja, a partir de junho de 2023, caso a movimentação efetivamente contabilizada seja inferior à movimentação mínima exigida, a arrendatária deverá pagar à Autoridade Portuária o valor do arrendamento variável, tomando por base o valor em reais por tonelada indicada no item (ii) multiplicado pela diferença entre a movimentação mínima exigida (demonstrada na tabela abaixo) e a movimentação efetivamente contabilizada no período. O pagamento deve ser realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do último dia do ano em referência.
- (b) Para fins de contabilização da movimentação efetivamente contabilizada prevista no subitem (a) só serão admitidas as movimentações de cargas exigidas a título de movimentação mínima exigida (conforme tabela abaixo) excluindo-se as cargas que a Companhia é autorizada a movimentar, mas que não são incluídas dentre aquelas exigidas a título de movimentação mínima exigida.

Ano do arrendamento	Movimentação mínima exigida de complexo de soja (quilo tonelada - kt)
Ano 1	-
Ano 2	-
Ano 3	-
Ano 4	164
Ano 5	331
Ano 6	510
Ano 7	699
Ano 8	717
Ano 9	737
Ano 10	756
Ano 11	768
Ano 12	780
Ano 13	792
Ano 14	804
Ano 15	816

As movimentações dos valores a pagar ao poder concedentes durante o exercício de 2023 estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Passivo de arrendamentos no início do período	82.727	-
Novos contratos	3.950	82.126
Amortização	(13.387)	(2.202)
Juros pagos	(4.324)	(24)
Juros apropriados	4.704	2.827
Passivo de arrendamentos no encerramento do período	73.670	82.727
Circulante	5.515	5.515
Não circulante	68.155	77.212
Total	73.670	82.727

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14 Tributos a Recolher

	2023	2022
PIS e COFINS	20	137
ISS	148	163
Imposto de renda retido na fonte - IRRF e outros	13	14
Total	181	314

15 Obrigações Trabalhistas

	2023	2022
Provisão de férias	101	38
Salários	49	35
Bônus e participações nos lucros e resultados	18	-
INSS	316	59
FGTS	11	6
Total	495	138

16 Imposto de renda e contribuição social

16.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	2023	2022
Imposto diferido ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.240	225
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(51)	-
Outras provisões	109	-
Total do imposto diferido ativo	2.298	225
Imposto diferido passivo		
Depreciação econômica vs. fiscal	1	-
Total do imposto diferido passivo	1	-
Total do imposto diferido ativo (passivo), líquido	2.299	225
Tributos diferidos líquidos, alocados no ativo	2.299	225
Tributos diferidos passivos	-	-
Total do imposto diferido passivo, líquido	2.299	225

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos para o período findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Saldos em 31 de dezembro de 2022	225
IRPJ/ CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	2.073
Reclassificações do imposto entre diferido e corrente	1
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.299

16.2 Prazo estimado de Realização

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2023 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os próximos 3 (três) exercícios, conforme apresentado no fluxo abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos
Valores totais líquidos	-	-	2.299	-

16.3 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.102)	(578)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	2.074	196
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis e outras exclusões permanentes	(56)	-
IRPJ e CSLL apurados	2.018	196
Corrente	(55)	-
Diferido	2.073	196
IRPJ e CSLL no resultado	2.018	196
Alíquotas efetivas	-33,07%	-33,91%

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros.

Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17 Partes relacionadas

17.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

As naturezas dessas transações são compostas por:

	Outros Créditos		Fornecedores (nota 11)		Outras contas a pagar		Partes relacionadas a pagar	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
JSL	-	-	-	-	3	-	-	-
CS BRASIL	-	-	-	-	930	881	-	-
ATU 12	3.047	1.633	-	34	8.532	4.371	15.500	-
Total	3.047	1.633	-	34	9.465	5.252	15.500	-
Circulante	3.047	1.633	-	34	9.465	5.252	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-	15.500	-
Total	3.047	1.633	-	34	9.465	5.252	15.500	-

17.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado do exercício/período

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de despesas operacionais para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 de transações com partes relacionadas:

	Custos dos serviços prestados		Despesas administrativas, comerciais e recuperação de despesas	
	2023	2022	2023	2022
JSL	-	-	(3)	(53)
ATU 12	(3.282)	(4.238)	(1.472)	(1.593)
	(3.282)	(4.238)	(1.475)	(1.646)

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$23.989 (R\$23.989 em 31 de dezembro de 2022), composto por 23.989.093 (23.989.093 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 100% de sua controladora CS Infra.

18.2 Reservas de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. No entanto, a Companhia no último exercício registrou prejuízo acumulado, não havendo constituição de reserva.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19 Receita Líquida

	2023	2022
a) Fluxo de receitas		
Receita de prestação de serviços	23.926	24.012
Receita de construção	9.370	4.031
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	33.296	28.043
Receita de venda de ativos desmobilizados	-	-
Receita líquida total	33.296	28.043
	2023	2022
Receita bruta	37.422	32.032
Menos:		-
Impostos sobre vendas	(4.126)	(3.989)
Receita líquida total	33.296	28.043
	2023	2022
b) Desagregação da receita de contrato com cliente por segmento		
Receita de transporte de cargas gerais	23.926	24.012
Receita com Construção	9.370	4.031
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	33.296	28.043
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	9.370	4.031
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	23.926	24.012
Receita líquida total	33.296	28.043

20 Gastos por natureza

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	2023	2022
Pessoal e encargos	(5.512)	(3.228)
Depreciação e amortização	(4.461)	(2.413)
Manuseio de cargas e enlunamentos	-	(16.384)
Peças, pneus e manutenções	(450)	(65)
Comunicação, propaganda e publicidade	(47)	(79)
Prestação de serviços	(6.424)	(4.061)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(1.303)	(3)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	871	1.099
Materiais de construção	(2.714)	(940)
Outros custos	(14.862)	(585)
	(34.902)	(26.659)
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(17.289)	(18.095)
Custo com construção	(9.370)	(4.031)
Despesas administrativas	(8.243)	(4.533)
	(34.902)	(26.659)

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



21 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	1.045	877
Juros recebidos	49	1
Receita financeira total	1.094	878
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(496)	-
Juros sobre arrendamento por direito de uso	(4.704)	(2.827)
Despesa com captação	(35)	-
Outras despesas financeiras	(355)	(10)
Descontos concedidos, despesas e taxas bancárias	-	(3)
Despesa financeira total	(5.590)	(2.840)
Resultado financeiro líquido	(4.496)	(1.962)

22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

22.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	Mensuração do valor justo	2023		2022		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa (numeração)		14	14	7	7	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	129	129	188	188	Custo amortizado
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	Nível 1	1.379	1.379	10.943	10.943	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber		26	26	1.883	1.883	Custo amortizado
Partes relacionadas		3.047	3.047	1.633	1.633	Custo amortizado
		4.595	4.595	14.654	14.654	
Passivos financeiros						
Fornecedores		1.738	1.738	1.093	1.093	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos		23.677	24.081	-	-	Custo amortizado
Obrigações com o poder concedente		73.670	82.126	82.727	82.727	Custo amortizado
Partes relacionadas		24.965	24.965	5.252	5.252	Custo amortizado
		124.050	132.910	89.072	89.072	

22.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia se referem a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Companhia possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da controladora Simpar, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Companhia está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Administração da controladora Simpar autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

i. Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de *ratings*, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"		
Nomenclatura		Qualidade
Br AAA		Prime
Br AA+, AA, AA-		Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-		Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-		Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-		Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-		Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC		Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D		Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	2023
Valores depositados em conta corrente	14
Br AAA	378
Br AA	1.130
Total de aplicações financeiras	1.508
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.522

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Os instrumentos financeiros da Companhia afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliário estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado. A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 5.3.1.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez. O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	2023				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	acima de 3 anos
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores	1.738	1.738	1.738	-	
Empréstimos e financiamentos	23.677	34.934	1.569	7.148	26.217
Arrendamentos por direito de uso	73.670	77.150	5.515	12.685	58.951
Partes relacionadas	24.965	24.965	9.465	15.500	-
Total	124.050	138.787	18.287	35.33	85.168

23 Cobertura de seguros

A Companhia possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

Beneficiário	Garantia	Local (UF)	Importância segurada	Vigência
ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A.	SEGURO GARANTIA - SETOR PUBLICO	BA	26.288	17/05/2023 a 17/05/2024
ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A.	SEGURO COMPREENSIVO PARA OPERADORES PORTUÁRIOS	BA	130.000	08/06/2023 a 08/06/2024

A Companhia possui seguro garantia cuja cobertura contratada é considerada pela Companhia suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As coberturas de seguros são de R\$104.948 com início de vigência em 17 de maio de 2023 e fim em 08 de junho de 2024 tendo como segurado o Ministério da Infraestrutura.

O objetivo é garantir a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para a Companhia, encontrando-se também garantidos os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93, podendo ainda ser contratada, com verba específica independente, a cobertura adicional de ações trabalhistas e previdenciárias.





Destaques Operacionais e Financeiros

As informações apresentadas neste documento correspondem aos resultados das operações da **ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.**

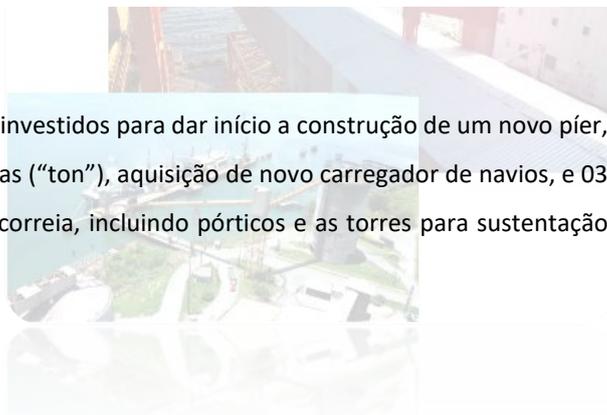
A ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A. ("**ATU 18**"), concessão portuária no Terminal de Aratu, que tem como atividade principal movimentação de graneis sólidos vegetais. Entre os anos de 2022 e 2023 movimentou fertilizantes com autorização especial da ANTAQ e passará, após investimentos, a movimentar exclusivamente graneis vegetais. Foi constituída em 25 de março de 2021, com sede no município de Candeias, Estado da Bahia e assinou em 08 de junho de 2022 o termo de posse das instalações do terminal, iniciando as operações portuárias. A CS Infra S.A. ("**CS Infra**") detém 100% de participação, sendo controlada indireta da Simpar S.A ("**Grupo Simpar**").

Receita Líquida de carga, descarga, armazenagem e acessórias Total: no comparativo do exercício de 2023 com 2022, se manteve estável, e considerando que desde outubro de 2023 o terminal foi paralisado para realização dos investimentos previstos.

Resultado Bruto: no comparativo do ano de 2023 com 2022, houve um aumento de R\$ 0,7 milhão, ou 12%.

Endividamento líquido total de R\$23,9 milhões em 2023, com prazo 12 anos, junto ao Banco do Nordeste, através do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("**FNE**"), comparado com o 2022, aumento de 12,7 milhões, decorrente dos investimentos realizados no ano de 2023.

O Capital Expenditure ("CAPEX**")** superou os R\$ 40 milhões até 2023, investidos para dar início a construção de um novo píer, três silos com capacidade de armazenagem total de 90.000 toneladas ("**ton**"), aquisição de novo carregador de navios, e 03 tombadores de caminhões com balanças, novas transportadores de correia, incluindo pórticos e as torres para sustentação dos transportadores de esteira.





Mensagem da Administração

Encerramos o exercício de 2023 com um aumento de 19% de receita líquida total comparado com 2022. Foram movimentadas mais de 325 mil toneladas em 2023.

O Arrendamento ATU18 possui área de aproximadamente 51 mil m² e é caracterizado como uma instalação de movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, como soja, milho e potencialmente farelo de soja, trigo e malte.

O contrato de concessão de 15 anos, conta com o mais avançado sistema de automação, segurança e proteção ao meio ambiente, e entre os investimentos podemos destacar:

- ✓ 90 mil toneladas de capacidade estática para armazenagem de soja e milho;
- ✓ Ampliação e alargamento da plataforma acostável do píer, incluindo novas defensas e cabeços de amarração;
- ✓ Construção de *dolphins* de amarração;
- ✓ Dragagem de aprofundamento do berço para profundidade de -15,0 m (DHN);
- ✓ Aquisição de equipamento para carregamento de navios com capacidade nominal mínima de 2.000 t/h;
- ✓ Aquisição do sistema de transporte por esteiras;
- ✓ Construção de edificações administrativas;
- ✓ Implantação de sistemas elétrico, automação, aterramento e proteção contra descargas atmosféricas.

Este contrato de Concessão faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos (“PPI”) do Governo Federal, onde irá superar os investimentos de cerca de R\$ 300 milhões em três anos, com o objetivo de gerar mais de 600



empregos com as obras de manutenção e construção e mais de 200 empregos diretos na operacionalização do Terminal, além de incentivo ao Agronegócio com esse novo corredor para exportação de soja e milho brasileiro.

Gostaríamos de expressar nossa gratidão pelo comprometimento e dedicação de todos os envolvidos neste projeto, nossos clientes, parceiros públicos e privados, além dos nossos colaboradores.

Nossa equipe demonstrou alto nível de profissionalismo e trabalho em equipe, com resiliência, encontrando soluções inovadoras para garantir o cumprimento das metas, demonstrando além da competência técnica o compromisso com o orçamento previsto, o que nos permitiu entregar os resultados esperados, tendo como foco a responsabilidade financeira e eficiência na gestão dos recursos.

Continuaremos nos diferenciando pelas nossas práticas de Governança, Compliance e Transparência, direcionando nosso crescimento com o foco na prestação de serviço, onde acreditamos no potencial de crescimento com rentabilidade e previsibilidade, contribuindo também para a eficiência dos serviços públicos no Brasil.

Marcos de Magalhães Tourinho

Diretor Presidente

1. Principais destaques financeiros:

	2023	2022	▲ A/A %
Receita Bruta	37.421	32.032	17%
(-) Deduções da Receita	(4.126)	(3.990)	3%
(=) Receita Líquida	33.295	28.042	19%
Receita Líquida de Vendas e prestação de serviços	23.925	24.011	(0)%
Receita de construção	9.370	4.031	
(-) Custos Totais	(26.659)	(22.125)	20%
Custo de serviços prestados	(17.289)	(18.094)	(4)%
Custo de construção	(9.370)	(4.031)	132%
(=) Lucro Bruto	6.636	5.917	12%
<i>Margem Bruta %</i>	<i>19,93%</i>	<i>21,10%</i>	
(-) Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro	(8.242)	(4.533)	82%
Despesas Administrativas e Comerciais	(8.242)	(4.533)	82%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	-	0%
EBIT	(1.606)	1.384	(216)%
<i>Margem EBIT</i>	<i>(4,82)%</i>	<i>4,94%</i>	
<i>Margem EBIT s/ receita líquida de serviços</i>	<i>(6,71)%</i>	<i>5,76%</i>	
(+-) Resultado Financeiro	(4.496)	(1.962)	129%
Receitas Financeiras	1.094	920	19%
Despesa Financeiras	(5.590)	(2.882)	94%
(=) Lucro antes dos impostos	(6.102)	(578)	956%
Impostos e contribuições correntes	(55)	-	0%
Impostos e contribuições diferidos	2.073	196	958%
(=) Lucro líquido	(4.084)	(382)	969%
<i>Margem Líquida Total</i>	<i>(12,27)%</i>	<i>(1,36)%</i>	800%
EBITDA	(4.084)	(382)	969%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>(12,27)%</i>	<i>(1,36)%</i>	800% <i>p.p</i>
<i>Margem EBITDA s/ receita líquida de serviços</i>	<i>(17,07)%</i>	<i>(2)%</i>	973% <i>p.p</i>

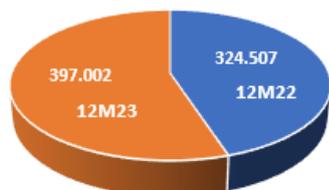
A

receita líquida de prestação de serviço praticamente se manteve estável no comparativo de 2023 com o ano anterior, mesmo com o terminal paralisado desde o outubro de 2023, para realização da construção de um novo píer. Obras que irão estender-se até o início de 2025, investimentos esses para aumentar a capacidade de movimentações de carga do terminal e previsto em contrato de concessão.

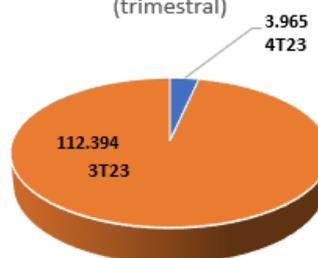


Destaque para as movimentações em tonelada:

Terminal TGS II - ▲ % ton
(anual)



Terminal TGS II - ▲ % ton
(trimestral)



Destaque para as receitas geradas no terminal:

Receitas	4T23	3T23	▲ A/A %	12M23	12M22	▲ A/A %
Carga e descarga	-	5.409	(100,00)	14.897	8.960	66,25
acessórias	310	2.327	(86,68)	9.028	15.051	(40,01)
Total receitas (liquidas)	310	7.736		23.925	24.011	

Os **custos de serviços prestados** apresentaram redução de R\$ 0,8 milhão ou 4% no comparativo do exercício de 2023 com 2022.

As **despesas administrativas** apresentaram um aumento de R\$ 3,7 milhões ou 82% no comparativo de 2023 com 2022, justificado pelos gastos com infraestrutura administrativa do terminal (locação, água, esgoto, energia elétrica, manutenção e conservação, instalações e outros).

O **resultado financeiro** apresentou um aumento nas despesas de R\$ 2,5 milhões ou 129% no comparativo de 2023 com 2022, decorrentes principalmente dos juros do arrendamento fixo, juros, encargos e fianças bancárias com empréstimos e financiamentos.



2. Investimentos

A Companhia efetuou investimentos de aproximadamente R\$ 40 milhões no comparativo anual de 2023 com 2022, pela adequação e preparação do local no terminal onde se dá o início dos investimentos na construção de um novo píer, três silos com capacidade de armazenamento total de 90.000 ton, aquisição de novo carregador de navios, construção de transportadores de correia, incluindo pórticos e as torres para sustentação dos transportadores de esteira.

3. Gestão de capital

A gestão de passivos em 2023 foi de suma importância, pois a Companhia segue investindo nas melhorias do terminal portuário, e conta com o desafio de otimizar seus gastos, no cumprimento do compromisso firmado junto ao Governo do Federal. A ATU18, junto aos fornecedores e prestadores de serviços vem buscando minimizar os custos, melhores prazos e formas de pagamento que viabilizem o cumprimento do orçamento planejado.

Continuaremos focados na gestão do fluxo de caixa e solidez da nossa estrutura de capital, mantendo o Balanço pronto para o desenvolvimento e crescimento dos negócios.

5. Auditoria Independente

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No período findo em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou apenas serviços de auditoria das demonstrações financeiras e não houve outros serviços prestados que pudessem representar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.



6. Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva

Fernando Antônio Quintas Alves Filho

Diretor Presidente CS Infra

Marcos de Magalhães Tourinho

Diretor

José Mauricio Guimarães Martins

Diretor Administrativo Financeiro

Certificate Of Completion

Envelope Id: 7C3753221E144E819F072B24C935AF13	Status: Completed
Subject: Complete with DocuSign: ATU18ARRENDAPORTUASPE23.DEZ_vCompleta.pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 44	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Moara Bueno
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	moara.bueno@pwc.com
	IP Address: 208.127.84.22

Record Tracking

Status: Original 30 April 2024 19:02	Holder: Moara Bueno moara.bueno@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 30 April 2024 19:05	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
priscila.paschoal@pwc.com
Partner
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

Signature Adoption: Drawn on Device
Using IP Address: 18.231.224.7

Timestamp

Sent: 30 April 2024 | 19:03
Viewed: 30 April 2024 | 19:04
Signed: 30 April 2024 | 19:05

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Moara Bueno
moara.bueno@pwc.com
PwC BR

COPIED

Sent: 30 April 2024 | 19:05
Viewed: 30 April 2024 | 19:05
Signed: 30 April 2024 | 19:05

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 April 2024 19:03
Certified Delivered	Security Checked	30 April 2024 19:04
Signing Complete	Security Checked	30 April 2024 19:05
Completed	Security Checked	30 April 2024 19:05

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------